

# Reajuste eleva déficit do GDF a Cz\$ 3 bi

Gazal diz que só reforma administrativa conterá gastos e equilibrará as contas públicas

LUIZ FELIPE PANERAI  
Da Editoria de Cidade

O aumento de até 70 por cento concedido aos funcionários do GDF na quarta-feira passada vai onerar os cofres públicos em mais de Cz\$ 800 milhões. A revelação é do secretário de Reforma Administrativa e Assuntos Econômicos, Arlécio Gazal, que já começou a refazer as contas na esperança de zerar um déficit de conta-corrente estimado agora em Cz\$ 3 bilhões.

— O aumento é justo, reconheço, no entanto, o secretário, Arlécio Gazal promete “rigidez” no cumprimento das medidas de contenção de gastos da máquina estatal do GDF e garante que o uso de carros oficiais — agora só autorizado a secretários e presidentes de órgãos autônomos — será cumprido. “As irregularidades serão penalizadas”, dispara.

O GDF deu início à reformulação da máquina administrativa. O senhor acredita no sucesso dos decretos de contenção de gastos?

Realmente, hoje nós sofremos os efeitos de decretos anteriores que não se fizeram cumprir. Traduzidos na prática, não tiveram sucesso. Mas os cinco decretos assinados pelo governador na semana passada, dando início ao programa de reformulação da máquina estatal, são para valer. Ou seja, vamos acompanhar o cumprimento das determinações, colocando o governador a par de qualquer anormalidade. Se esses decretos não surtirem efeito, trarão para o atual governo uma descrença com a qual não poderemos conviver. Acreditamos, plamente, que as medidas vão ser respeitadas ao pé da letra. Esse é o desejo do GDF e da comunidade.

Que mecanismos o governo criou para garantir a implantação das medidas de contenção?

Em relação ao decreto que disciplina o uso de carros oficiais, criamos uma Central de Atendimento de Veículos. Os carros de serviço vão ser colocados à disposição das Secretarias a partir de um novo cadastramento, que incluirá o número da placa e nome do motorista. A determinação é de que eles só podem ser empregados em deslocamentos para o trabalho; nunca para transporte individual. Qualquer anormalidade será detectada pela central, que deverá entrar em operação em um mês. A fiscalização contará com apoio de unidades do Detran e da Polícia Militar.

A população poderá colaborar de alguma forma?

Pode, e deve. Vamos colocar uma linha direta na central. A comunidade, à hora que quiser, poderá denunciar irregularidades. Uma equipe se deslocará até o local e averiguará a anormalidade. Constatada a denúncia, o responsável pelo veículo será punido. A legislação será aplicada. Há diversas penas. Elas começam com repreensão verbal, passam pela anotação em ficha funcional da irregularidade, e em casos de reincidência, o servidor poderá perder o direito ao carro oficial.

O GDF retirou o direito a carro com motorista dos ocupantes das DAS. Em troca, concede-lhes uma nova gratificação de Cz\$ 6 mil e 600 por mês. Por que simplesmente não eliminou o benefício?

É difícil simplesmente cortar um direito adquirido há mais de 20 anos. Você tem que evitar que a medida seja drástica demais. Ela tem que atingir o objetivo, tanto quanto possível, sem criar traumas. O servidor DAS está acostumado a ter carro oficial à disposição. De repente, ele perde o veículo... Se compararmos o número de automóveis que serão recolhidos com o pessoal que será beneficiado com o pagamento da gratificação, vamos ver que o governo conseguirá uma economia de Cz\$ 100 milhões por ano. Teremos ainda uma injeção de receita com a venda da frota desativada.

Quanto o governo espera obter com a venda de carros que serão recolhidos?

Isso será objeto de estudo de uma comissão. Agora, estes veículos — são 350 ao todo — estão velhos. O mais importante é que a partir de orçamentos futuros deixaremos de gastar em manutenção, peças e combustível, que a cada ano fica mais onerosos.

O decreto que cria a gratificação de transporte abre portas a duas categorias não incluídas

O secretário da Reforma Administrativa e Assuntos Econômicos defende a redução do percentual de subsídio repassado ao Caixa Único (cerca de 70 por cento dos custos do sistema) e prevê que a implantação do vale-transporte vai amenizar a transferência de recursos públicos para o setor. No ano que vem — afirma — o Governo continuará a enxugar gastos, inclusive nas estatais.

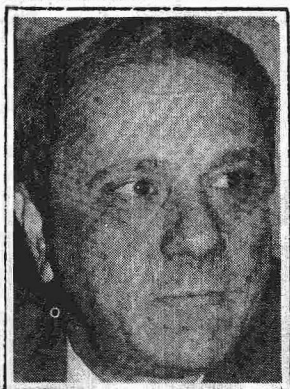
Arlécio Gazal não fala porém em demissões — “riscamos este termo” — mas admite privatizações, departamentalizações e até extinções de empresas públicas. As eleições diretas para governador do DF, aprovada pela Comissão de Sistematização, poderão se transformar num complicador econômico, adverte o secretário, nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE.

na legislação original — os procuradores e assistentes jurídicos. Como o GDF espera controlar o pagamento da indenização, para que ela não torne um novo privilégio?

Olha, as normas de pagamento da gratificação não se limitam à inclusão da categoria A ou B como beneficiária. Não é nada disso. Temos que preparar o dirigente de unidade, que é quem vai autorizar a concessão da indenização. Por exemplo, o procurador-geral terá de convocar o funcionário com direito aos Cz\$ 6 mil e 600 através de ato nominativo. E este será obrigado a prestar assistência jurídica pelo menos 20 dias por mês, comprovando o deslocamento. As normas são rígidas. Será difícil burlar a fiscalização. Vamos realizar auditorias, verificar. E mais: outras secretarias vão trabalhar conosco.

A secretaria de Reforma Administrativa analisou toda a máquina estatal e entregou ao governador um diagnóstico. Como agora este trabalho será implantado?

Montamos um grupo para estudar setorialmente a situação



**“Reconheço que o reajuste é justo, mas vai aumentar o déficit. Isso é lógico (...). Os decretos assinados pelo governador são para valer (...). Se não surtirem efeito, trarão para o Governo uma descrença com a qual não poderemos conviver”**

das empresas públicas, de economia mista, autarquias, fundações e órgãos da administração direta. Avaliar secretarias, unidades subordinadas diretamente ao GDF, é fácil. As fundações também não nos darão problemas. Faremos apenas análises de estrutura. Agora, difícil é avaliar as estatais, as empresas de economia mista. É uma tarefa muito mais complexa. Elas funcionam dentro de uma legislação muito extensa e complexa. E como se fossem entidades particulares. São Sociedades Anônimas. Então, temos que ter indicadores para se chegar a uma conclusão. Este modelo de avaliação de desempenho tem uma série de indicadores: situação do patrimônio, lucro líquido e operacional, variação do capital disponível, do ativo etc... São índices técnicos. Para chegarmos a um resultado, vamos analisar pelo menos os últimos dez anos de existência da empresa. O modelo já foi testado na década de 70 e deu

certo. Concluímos que havia empresas que não iam bem. Hoje o quadro pode ser outro. Para fechar este universo — são 12 estatais no DF — prevemos um trabalho para um ano, mas será apresentado ainda na gestão do atual governador, que vai analisá-lo.

O que poderá acontecer com as empresas comprovadamente deficitárias?

Vamos apontar soluções: elas poderão ser recuperáveis, através de medidas microeconômicas, por exemplo: aumento de capital, departamentalização, enxugamento de pessoal, do patrimônio.

O senhor falou em enxugamento de pessoal. Pode haver demissões?

Olha, o termo demissão está fora de nossa agenda. O que é possível haver dentro deste quadro é o remanejamento de servidores para os órgãos defasados.

As empresas ineficientes serão extintas?

Poderão ser. As vezes a empresa foi implantada porque o GDF tinha necessidade de ter uma unidade daquele tipo. Com o passar do tempo, o governo muda e a atividade da estatal não é mais aconselhável. Ela deve ser substituída pela iniciativa privada. Não temos mais por que mantê-la.

O principal ponto que elevou o déficit em conta corrente do GDF foi o crescimento da massa de salários. O desarranjo das contas será superado? Que medidas o governo tomará para o ano que vem?

Já temos um esquema de contenção de gastos. Com a injeção de recursos externos, estávamos perto de zerar nosso déficit. Agora, acabamos de nos deparar com um novo problema não previsto em nossas avaliações orçamentárias: o aumento dos salários do funcionalismo, que será retroativo a 1º de outubro. Reconheço que o reajuste é justo. Mas do ponto de vista das contas do governo, vai aumentar o déficit. Não há menor dúvida. Isso é lógico.

O buraco do governo ficou agora de que tamanho?

Vamos ter de desembolsar mais Cz\$ 800 milhões para o pagamento do reajuste do funcionalismo. Com isso, o déficit, estimado em cerca de Cz\$ 2,2 bilhões, deverá atingir Cz\$ 3 bilhões. A solução é reestimar a arrecadação, aumentar a fiscalização, ir atrás dos caixas dois, que não recolhem impostos. Agora, o aumento do funcionalismo também gera receita.

O subsídio ao caixa único contribuiu para aumento do déficit?

Eu acho que o sistema é bom. Como também acho que seria bom que fosse dimensionado dentro de um planejamento. Acontece que o subsídio cresceu tanto que deu nisso. Ele iniciou com recursos fixos. Começamos com o repasse de Cz\$ 31 milhões. O caixa único é um sistema simples: você soma todas as passagens mais o subsídio. Dá a receita. O Plano Bresser foi decretado no dia em que anunciáramos um novo reajuste de tarifas (12 de julho). O impedimento contribuiu consideravelmente para engordar custos. O governador está tentando resolver o problema através de transferência de recursos federais. Gastamos hoje Cz\$ 100 milhões ao mês com subsídios, mas acho que o sistema será regularizado através de duas medidas: primeiro, o Ministério da Fazenda liberou o aumento de passagens; segundo, o vale-transporte deverá ser implantado agora. Isso vai permitir baixarmos o subsídio para 20 por cento dos custos de operação.